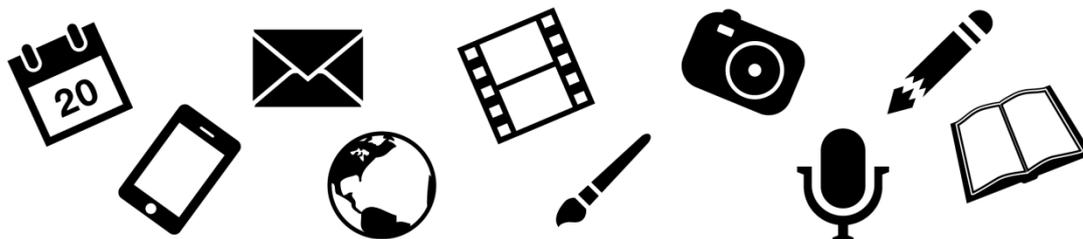




**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

01 e 02 de julho de 2017

Notícias do Dia Carlos Damião

“100 anos de educação superior”

100 anos de educação superior / Santa Catarina / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Faculdade de Direito / José Arthur Boiteux



Carlos Damião

26. NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 1 E 2 DE JULHO DE 2017

carlosdamião@ig.rrt.com
twitter: @damião_ND



Acompanhe
a coluna no
NDonline

Apesar da relevância histórica, oficialmente não há qualquer programação alusiva a essa trajetória

O ano de 2017 assinala o centenário de fundação da educação superior em Santa Catarina, mas não há nada programado, até agora, pelas instituições de ensino, muito menos pelo governo do Estado. Aparentemente, tal momento não está merecendo atenção oficial, talvez porque a compreensão histórica sobre a educação superior acaba sempre creditada à fundação da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), em 18 de dezembro de 1960. Mesmo esse pensamento, caso real, está equivocado, porque a semente da UFSC foi a Faculdade de Direito, fundada em 1932.

Mas, vamos por partes. Quem coordenou a criação da Faculdade de Direito foi José Arthur Boiteux, que, não só por isso, foi o fundador efetivo do ensino superior no Estado. Muito antes, em 1917, Boiteux e outros intelectuais da época fundaram o Instituto Politécnico Catarinense, que oferecia cursos de engenharia, comércio, farmácia e odontologia. O Instituto funcionou até 1934, ano em que José Boiteux morreu.

Força intelectual

O prédio onde funcionou o Instituto Politécnico abriga hoje a Casa José Boiteux, sede da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, na avenida Hercílio Luz. É tombado pelo patrimônio histórico estadual e pertence à Fundação Catarinense de Cultura. Semelhante a um palácio, a edificação já foi a segunda maior de Florianópolis, em total de área construída, com 682 metros quadrados. Sua construção, com recursos do Estado, ocorreu nos primeiros anos da década de 1920, com o objetivo específico de receber o instituto e seus pioneiros cursos superiores.

Depois de 1934 o prédio foi alugado para diferentes finalidades, entre as quais a Academia de Comércio, a mais célebre de todas. Conhecida como “Academia do Jacaré” (apelido do professor Jorge José de Souza, seu diretor), a escola funcionou durante mais de quatro décadas, sendo seu nome mais conhecido o de técnico em contabilidade (ensino médio).

100 anos de educação superior



ARZENO CARLOS DAMIÃO/DIVULGAÇÃO

Casa José Boiteux, na avenida Hercílio Luz, foi sede do Instituto Politécnico, precursor do ensino universitário em Santa Catarina

Patrimônio da Capital

As duas edificações que simbolizam os primeiros tempos do ensino superior em Santa Catarina estão preservadas no Centro Histórico. Além da Casa José Boiteux, a primeira sede da Faculdade de Direito funcionou num sobrado da esquina da rua Felipe Schmidt, com a praça 15 de Novembro. A segunda sede, também conservada, é o atual Colégio Henrique Stodiek, na rua Esteves Júnior. Restam também outros prédios, de faculdades que surgiram entre as décadas de 1940 e 1950, como medicina (na rua Ferreira Lima) e serviço social (na rua Victor Konder).



Fundador do Instituto Politécnico, José Boiteux foi também o criador da Faculdade de Direito, cuja primeira sede era nesta edificação

Boiteux, o fundador do ensino superior em SC

O colunista Carlos Damião entra em período de férias nesta segunda-feira, 3/7. Estará de volta a este espaço na edição de 29 e 30/7.

José Arthur Boiteux é reconhecido oficialmente como o fundador do ensino superior em Santa Catarina, há 100 anos. Ele nasceu em Tijucas, em 1865, foi jornalista, deputado, historiador e advogado. Além de ter criado o Instituto Politécnico em 1917, fundou também a Academia Catarinense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico, justamente as instituições que têm suas sedes na Casa José Boiteux.

Desde que a Academia do Jacaré deixou de existir, na década de 1940, o prédio esteve

em estado de total abandono. O governador Luiz Henrique da Silveira tomou a iniciativa de mandar restaurar a edificação, em 2010. Nas primeiras semanas de trabalho, as autoridades do Estado encontraram inúmeros documentos e equipamentos que pertenceram à academia, mas nada relativo ao Instituto Politécnico. O busto em homenagem a Boiteux foi localizado num depósito do governo do Estado em São José. Foi restaurado e colocado na entrada da casa que leva seu nome.

Notícias do Dia Plural

“Polêmica, mas finalista de prêmio”

Polêmica, mas finalista de prêmio / Cobertura / Mercado Público de Florianópolis / 4º Prêmio Tomie Ohtake / Gustavo Correia / Pedro Lass / Laboratório Cidade e Sociedade / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Patrimônio Histórico / Professor / Arquitetura / Luiz Eduardo Teixeira

10/11 | NOTÍCIAS DO DIA | FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 1 E 27/2017

Polêmica, mas finalista de prêmio

Ao completar um ano neste sábado, cobertura do Mercado Público de Florianópolis que causou divergências concorre ao 4º Prêmio Tomie Ohtake

KARIN BARROS
Karin.barros@noticiasdodia.com.br

Necessária, reivindicada há pelo menos uma década e envolta de opiniões divergentes após sua conclusão, a cobertura do vão central do Mercado Público de Florianópolis completa um ano de sua entrega oficial neste sábado (1) e como concorrente a um prêmio de arquitetura nacional. No último dia 12 de junho foi anunciado que o projeto ficou entre os dez finalistas do 4º Prêmio Tomie Ohtake, escolhido entre os 186 inscritos provenientes de 12 estados brasileiros e Distrito Federal. A premiação é destinada exclusivamente a arquitetos brasileiros ou estrangeiros que vivam no Brasil há pelo menos dois anos, com até 45 anos de idade, e projetos construídos durante os últimos dez anos. Entre os concorrentes há obras localizadas em São Paulo, Tocantins, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Cidade do México, além de Santa Catarina. O nome do grande vencedor sai no dia 10 de agosto, em São Paulo.

Mas além da expectativa em Florianópolis, a cobertura está longe de ser unânime. O concurso nacional para a escolha do projeto foi realizado em setembro de 2013 pela prefeitura de Florianópolis em parceria com o IAB-SC (Instituto de Arquitetos do Brasil). Uma das principais exigências era que ela fosse retrátil e transparente.

Ao todo foram inscritos 64 trabalhos. O resultado saiu dois meses depois. Os vencedores foram os arquitetos paraenses Gustavo Correia Utrabo e Pedro Lass, que receberam o prêmio de R\$ 20 mil. A cobertura do vão central custou R\$ 4,2 milhões à prefeitura. A Esfera Sul executou a parte de instalação da estrutura e da cobertura retrátil, e está com a manutenção da estrutura até 2018, segundo a SMDU (Secretaria Municipal do Meio Ambiente Desenvolvimento Urbano).

A estrutura é composta por um metal não oxidável com partes retráteis, para possibilitar a abertura e fechamento da cobertura de acordo com as mudanças climáticas, e deve permanecer no local por 30 anos. O sistema de abrir e fechar ocorre por meio de uma sala de controle, e em casos de vento acima de 69 km/h ou incêndio, abre automaticamente.

O arquiteto Lass, em entrevista ao *Notícias do Dia*, explicou que em quase 100% dos concursos de arquitetura, o pedido é por projetos em estágio de

“Estudo Preliminar” ou “Anteprojeto”. Isso significa que não foi entregue o projeto da cobertura do Mercado Público finalizado, com todos os desenhos e medidas, mas ideias de soluções partidas. Já a construção da cobertura ficou sob responsabilidade da Esfera Sul, escolhida por meio de licitação e supervisionada pela secretaria de obras.

Parte do memorial para o projeto explica que “no contexto onde se insere o projeto, há uma multiplicidade de tempos concorrentes, pautados nos últimos 160 anos pela afluência de usuários ao Mercado Público de Florianópolis, cuja história inclui demolições, mudanças de local, renovações diversas, e a participação ativa de gerações de consumidores, vendedores e administradores. A nova cobertura para o vão central configura-se, então, como mais um elemento nessa narrativa, e como tal deve respeitar e adicionar ao existente sem tornar-se irrelevante ou caracterizar-se como mero fechamento. Cria-se uma nova escola, protegida dos elementos, com o intuito de suportar adequadamente novas histórias complementares: feiras temporárias, apresentações culturais, festividades, projeções, desfiles, etc.”

O fato de ela ser robusta demais e de não proteger totalmente em dias de chuva foram os principais pontos de crítica

Cobertura não impede a chuva

Hoje, segundo o presidente da associação do Mercado Público, Aldinei Brito, a cobertura funciona perfeitamente e atende às necessidades dos comerciantes. “O vão central é só de restaurantes e bares, e para atender com calor, a guarda-sol virava, além da chuva que mandava todo mundo embora. Agora os clientes têm comodidade”, explica Brito.

Apesar dos benefícios da cobertura, uma das reivindicações do concurso era que a nova estrutura não encostasse nas paredes do Mercado, com isso, de acordo com Brito, foi preciso fazer um afastamento da cobertura nas laterais de cerca de 1m20cm, fazendo com que a chuva ainda atropelasse quem passa pelo local. “A chuva atinge o corredor ainda, mas resolvemos usando os umbrelones”, diz. O arquiteto Lass coloca que todo

processo foi feito com aprovações junto aos órgãos da prefeitura e do patrimônio histórico de Florianópolis, e que as mudanças no projeto - como o caso da lona que era para ser translúcida, mas foi usada a branca por causa do calor -, vieram a partir de questões técnicas e econômicas sempre com conversas com o corpo de profissionais do patrimônio. “Desde o concurso, a grande restrição é que a cobertura não deveria tocar o edifício existente, por questões de respeito ao prédio mas também por questões estruturais, assim ele fica um pouco mais sujeito às intempéries em caso de chuvas com ventos mais fortes. É também uma ideia de não se descaracterizar o local como espaço público/rua tornando-o completamente hermético e desvinculado do exterior”, pontuou Lass.





Projeto marca um tempo

Especialistas no assunto em Florianópolis ainda não acreditam que projeto tenha sido a melhor escolha para a estrutura arquitetônica do Mercado. Gustavo Andrade, arquiteto morador de Florianópolis, pesquisador do Laboratório Cidade e Sociedade da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), com doutorado em urbanismo em Barcelona, afirma que o fato de surgir um concurso nacional para uma obra do município é positivo e necessário para transformações mais significativas na cidade. "Por si só, o concurso tem o mérito de democratizar a decisão sobre uma reforma que afeta a vida dos comerciantes do mercado, mas da população que o utiliza e que se relaciona com a preservação de um patrimônio arquitetônico importante na história e na memória de Florianópolis", diz.

Para ele, o projeto escolhido propôs uma nova estrutura metálica independente que não toca o edifício antigo, uma atitude de respeito ao patrimônio. Mas ao mesmo tempo a nova estrutura, excessivamente robusta, busca se destacar indevidamente pelo protagonismo em um contexto onde seria melhor a discrição. "O projeto foi infeliz ao propor colunas e vigas de aparência superdimensionada, com peso visual desequilibrado, resultado da redução da estrutura a apenas dois pontos de apoio. Seria preferível uma estrutura mais esbelta, ainda que necessitasse mais pontos de apoio. A interferência visual seria menor, seria uma solução mais respeitosa com o edifício do Mercado Público e o resultado seria esteticamente mais elegante", opina Andrade.

O arquiteto finaliza explicando que "reabilitar edifícios antigos e promover novos usos sem excluir os usuários tradicionais têm sido um dos maiores desafios contemporâneos na

intervenção no patrimônio histórico". Segundo ele, a cidade de Barcelona, por exemplo, enfrentou críticas no passado quando construiu uma nova cobertura para o antigo mercado de Santa Caterina, projetada pelo arquiteto Enric Miralles. "Apesar da beleza da nova estrutura e do seu sucesso entre os turistas, os moradores do entorno acabaram deixando de utilizar o espaço. Atualmente, qualquer intervenção nos mercados da cidade passa necessariamente por discussões com a população", diz.

O professor do curso de arquitetura da UFSC Luiz Eduardo Teixeira, também um pesquisador do patrimônio cultural, fala em uma privatização "branca" do Mercado, com a cobertura. "O espaço central, único entre os Mercados do país, está plenamente ocupado pelos restaurantes e suas mesas, vedando qualquer outro uso público. Além disso, alegando custos, os mesmos comerciantes não obedeceram a possibilidade da cobertura ser retrátil, deixando uma cobertura em lona clara, o que não necessitaria de pilares e vigas tão robustas", afirma. Para ele, não é uma questão meramente estética, e sim um desrespeito a um bem patrimonial público, "atingido em sua integridade arquitetônica por intervenção um tanto espetacular e, porque não, arrogante".

Já para a arquiteta e professora da Univali, Kátia Alves, a cobertura traz aspectos positivos na utilização do espaço, e, ao que se propõe, resolve bem, valorizando o local. Ela explica que existem várias correntes sobre obras contemporâneas aliadas a patrimônio histórico, e que nesse quesito é bem "partidária", sendo a favor de algo menos impactante. "A arquitetura marca um tempo. Poderiam ter pensado em uma referência em um contexto diferente, mas entendendo a necessidade de marcar o momento", coloca.



Júri destacou projetos que atenderam de maneira exemplar usos coletivos e condições sociais

Soluções arquitetônicas

O júri do prêmio do Instituto Tomie Ohtake, formado pelos arquitetos Carla Juacaba, Gustavo Penno, Nabil Bonduki e Priscyla Gomes, não pôde se pronunciar sobre a escolha do projeto da cobertura do vão central de Mercado Público de Florianópolis. A assessoria do evento apenas encaminhou uma resposta formulada para explicar o critério da escolha dos dez finalistas.

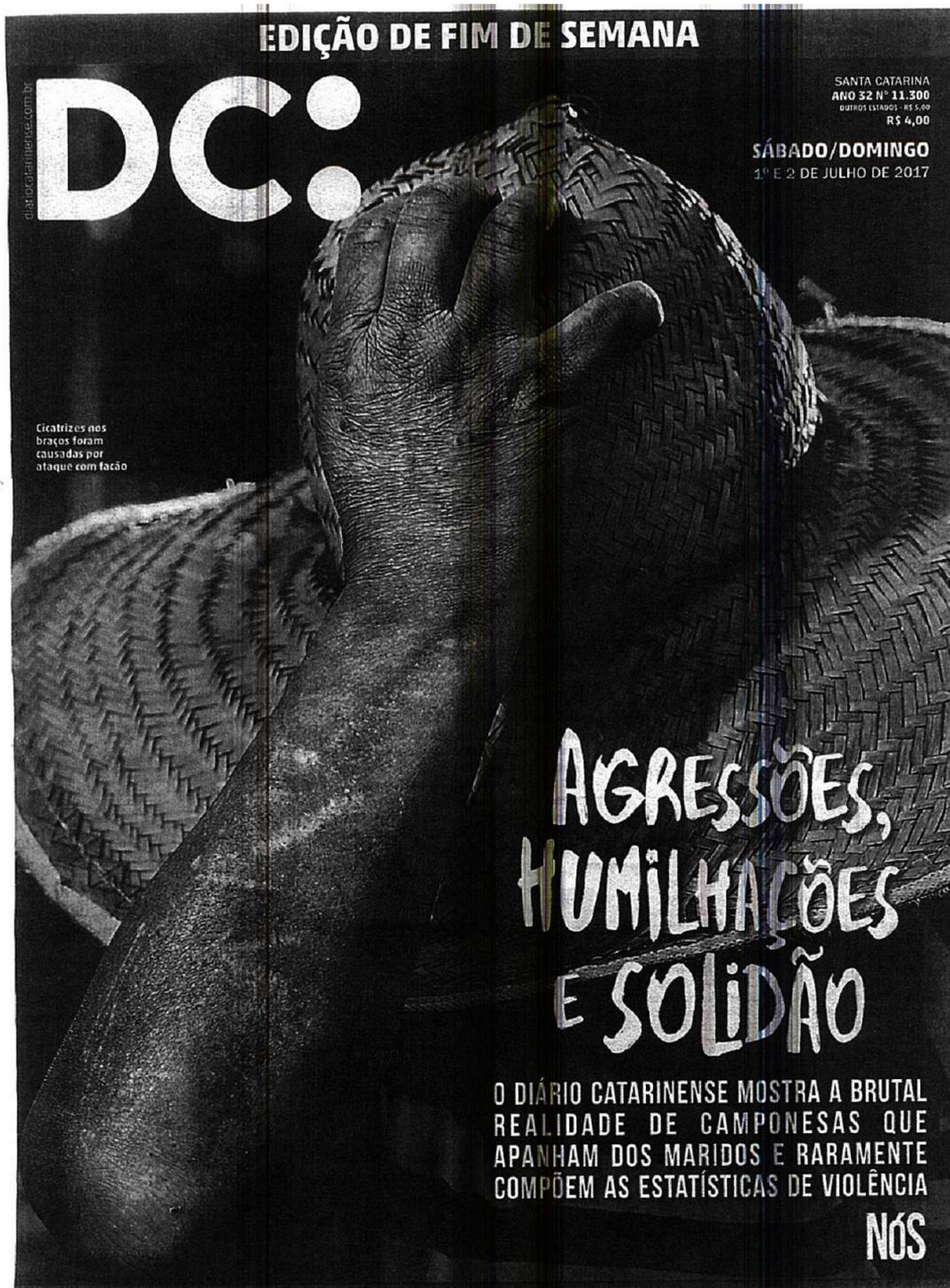
"O Prêmio de Arquitetura Instituto Tomie Ohtake AkzoNobel realizou uma seleção criteriosa dos 186 projetos enviados em sua 4ª edição para apontar os 10 projetos de maior destaque. Ciente de que havia vasta diversidade entre os projetos, o júri buscou mapear os

mais diferentes programas e ater-se a detalhes que conferiam aos projetos potencialidades individuais. Dessa diretriz, emergiram programas que atendiam de maneira exemplar condições sociais específicas, que previam usos coletivos a espaços, que reconfiguravam edifícios existentes, que pensavam soluções arquitetônicas concisas para lotes diminutos ou se adaptavam à topografia e condições climáticas. Além disso, surgem também soluções poéticas e mínimas que problematizam conceitualmente a produção arquitetônica. O que se obteve como resultado é uma gama de projetos que sinalizam as vocações da produção contemporânea brasileira."

Diário Catarinense
Capa e Nós

“Sozinhas: histórias de mulheres que sofrem violência no campo”

Sozinhas: histórias de mulheres que sofrem violência no campo / Violência contra mulheres / Campo / Movimento de Mulheres Camponesas / MMC / Agricultora / Condição feminina / Invisibilidade / UFSC / Doutoranda / Educação / Noeli Gemelli Reali / Professora / UFFS / Universidade Federal da Fronteira Sul



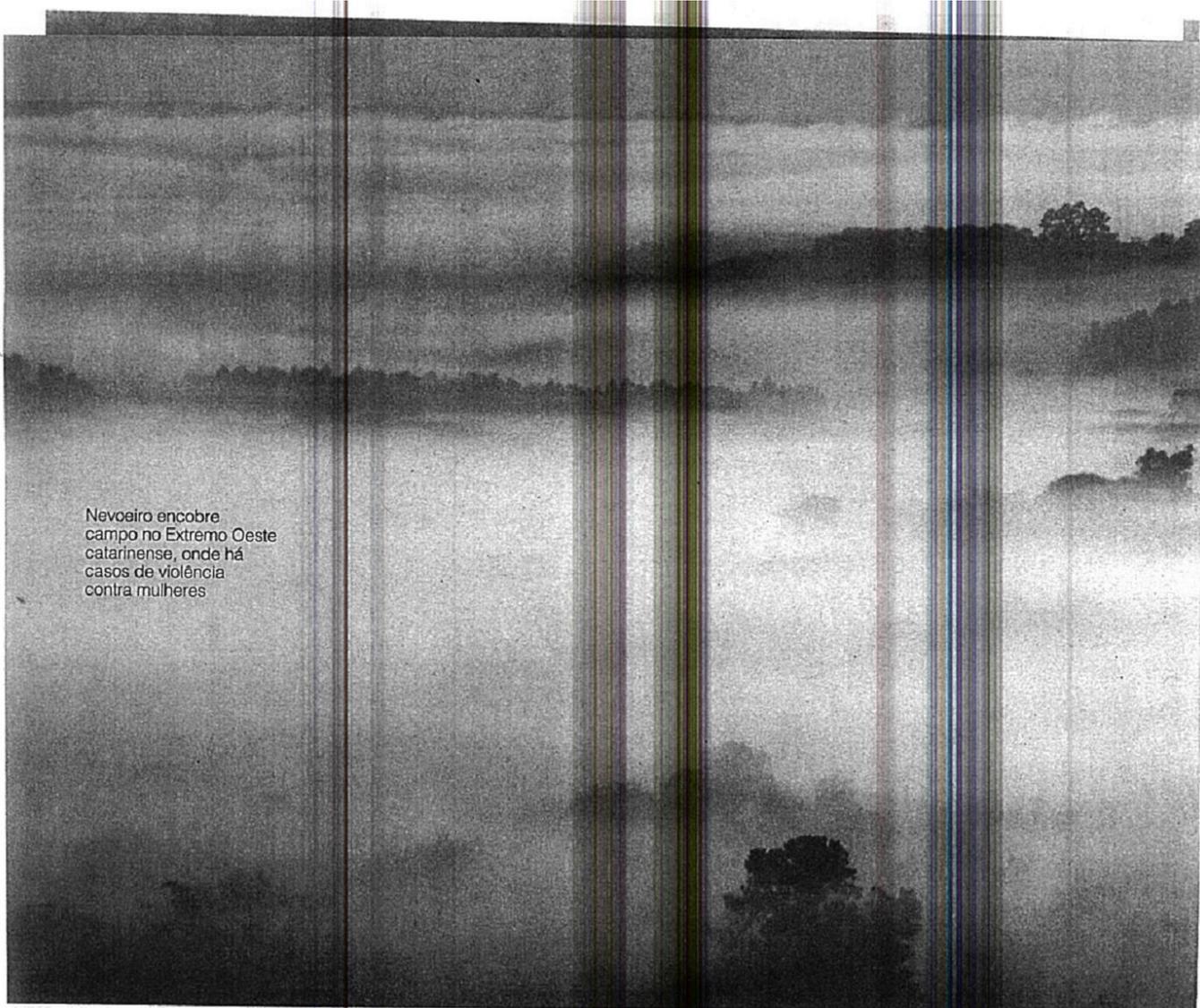
DC: | SÁBADO E DOMINGO, 1º E 2 DE JULHO DE 2017 | #88

NÓS



SOZINHAS

HISTÓRIAS DE MULHERES QUE
SOFREM VIOLÊNCIA NO CAMPO



Nevoeiro encobre campo no Extremo Oeste catarinense, onde há casos de violência contra mulheres

TEXTOS ÂNGELA BASTOS
angela.bastos@diariocatarinense.com.br

IMAGENS FELIPE CARNEIRO
felipe.carneiro@diariocatarinense.com.br

FENÔMENO INVISÍVEL

Quando é inverno, os campos catarinenses são encobertos por um nevoeiro espesso. Isso é comum em lugares de maior altitude, como as serras. A paisagem se altera. A umidade forma pequenas gotas que parecem lágrimas ao pingar das folhas das árvores. Popularmente chamada de cerração, a ocorrência deixa o cenário turvo e impede a visibilidade. Esse evento meteorológico remete a outro fenômeno, também encoberto, imperceptível, igualmente lacrimajante – a violência contra a mulher que vive na área rural.

Para mostrar essa realidade nebulosa, é preciso deixar o asfalto; enveredar por estradas de chão; avistar plantações; abrir e fechar porteiras. É o que fizemos para, em formato multimídia, compor **Sozinhas** – histórias de mulheres que sofrem violência no campo. Ao perseguir esse viés perverso enraizado numa cultura historicamente de dominação masculina, encontramos mulheres maceradas em um cotidiano de violência física, psicológica e financeira.



É o caso de Eraci Terezinha Eichelberger Seibert, 63 anos, que vive em São Miguel do Oeste, proibida pelo marido de se despedir dos pais no leito de morte. Também de Lucimar Roman, 53 anos, moradora de São José do Cedro, escorraçada e mandada embora pelo marido com três filhos pequenos. Se Eraci e Lucimar conseguem falar, deixam-se fotografar e identificar, outras se escondem por medo de represálias.

Com a voz sufocada, Tânia* recorda das fugas para o mato, para se proteger do machado. Ade* tem os braços marcados por cicatrizes causadas pelo fio do facão e ossos quebrados pela força do homem que sinalizou um casamento que não teria paz. Estuprada por ele aos 14 anos, teve a genitália dilacerada. Mesmo assim, foi obrigada a casar.

Para algumas, não há rostos ou vozes.

Outras agricultoras emprestam timbres para revelar vivências brutais, como a da mulher forçada a substituir um boi na junta que lavrava a terra. E a que lê a carta em que outra camponesa descreve chutes e cotoveladas recebidos na barriga durante a gravidez, diante da dúvida de um marido enfurecido acerca da paternidade do bebê.

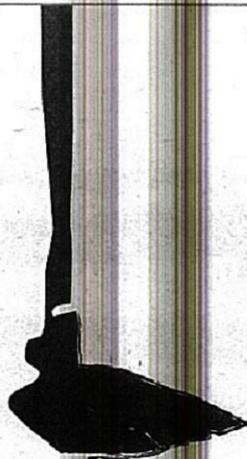
Experiências de mulheres que levantam antes de o dia amanhecer, que deitam depois de a noite adormecer. Às vezes, acordadas aos sobressaltos entre a madrugada que cai e a manhã que raia. Personagens solitariamente asertadas em um campo áspero, árido, tedioso. Sobrecarregadas de trabalho, confinadas nas próprias casas, assustadas com os crimes.

Em 2016, das 2.554 ligações originadas

de Santa Catarina para o Disque Denúncia (180) cerca de 7% (184) saíram da área rural. Uma estatística desalentadora, levando-se em conta as distâncias, a dificuldade de comunicação, o isolamento e a falta de estrutura para abrigar e proteger as camponesas. Se algumas denunciam, para outras, não houve tempo – ou providências adequadas –, como as sete mulheres assassinadas entre janeiro e maio deste ano na região Oeste.

Sozinhas dá espaço a essas narrativas, traz números, ouve pesquisadoras e lideranças sobre o que se passa num campo nem tão bucólico como se imagina. Especialmente, dessa violência escondida sob um véu sombrio como a cerração, que deixa a paisagem invisível.

*Nome fictício



“FUI RECEBIDA COM UMA PAULADA?”

DEPOIS DE UM DIA COLHENDO E CARREGANDO PÉS DE FUMO, ERACI SEIBERT FOI ATACADA COM UM PEDAÇO DE LENHA QUE LHE RASGOU A TESTA. MAS A MAIOR DOR É TER SIDO IMPEDIDA PELO MARIDO DE SE DESPEDIR DOS PAIS NO LEITO DE MORTE.

Carregar 4 mil pés de fumo numa carroça, chegar ao galpão e ser recebida com uma paulada na cabeça dói muito. Assim como a costura dos pontos para fechar o ferimento de onde escorre sangue. Mas também dilacera não ter a chance de se despedir dos pais no leito de morte. É o que descreve a agricultora Eraci Terezinha Eichelberger Seibert, 63 anos, moradora na Linha Canela Gaúcha, localidade que fica no limite dos municípios de Paraíso e São Miguel do Oeste.

— O mais forte, o que mais me doeu em meus 35 anos de casamento foi ele, o meu marido, ter brigado, me ameaçado de morte e não ter permitido eu dar adeus. Quando cheguei, meu pai já estava morto e enterrado.

Dias depois, a mãe dela reuniu os filhos e fez uma proposta. Daria a parte das terras a que tinha direito como viúva para Eraci, desde que fossem morar perto, em Arroio do Tigre, no Rio Grande do Sul. A reação do marido foi um desastre. Se ela quisesse, poderia ir, mas a filha ficaria com ele.

— Até a menina ele tentou me tirar na vida.

Anos mais tarde, a situação se repetiria na doença da mãe. Ao saber que o quadro era irreversível, Eraci quis pegar um ônibus no dia seguinte para se despedir dela. Outra noite de briga dentro de casa, intimidação e pavor dos filhos pequenos que a tudo assistiam.

A agricultora desata em prantos quando lembra que só queria visitar a mãe, e não passear, como estava sendo acusada.

— Ela morreu e eu não a vi.

Por isso, considera ter levado “uma vida de não e não”. Eraci é o retrato da mulher que cresce enroscada numa teia de domínios. Primeiro, precisou obedecer aos pais, já que eram “eles que mandavam”.

Querida ser freira, mas não recebeu apoio. Era moça bem jovem quando se casou. Na construção da nova família, reencontrou-se com papéis conhecidos desde a infância. Tudo decidido em função do homem. Trabalhava em casa, cuidava dos filhos e acompanhava palmo a palmo o serviço na roça. Muitas vezes, tinha que ir antes do que ele.

— Eu criei a filha mais velha dentro de um cestinho, sempre perto de mim, enquanto eu trabalhava.

A agricultora faz parte de uma geração de mulheres que nunca teve empregada. Dessas que levantam antes do dia. E que se deitam depois da noite. As mesmas que despertam aos sobressaltos entre a madrugada que avança e o dia que raia. Obrigadas a fazer sexo não por prazer, mas por prevalecer a cultura da posse sobre o corpo feminino.

Eraci é macerada em um cotidiano de violência. Nos últimos tempos, teve um pouco de sossego. Paradoxalmente, numa fase também de preocupação, a doença do marido. Dedicou-se a ele, diminuiu o ritmo das reuniões no grupo de mulheres e na igreja. Assim

foi até que a depressão levou o agricultor a tirar a própria vida. Tudo isso aconteceu com uma doença que se abateu sobre as vacas leiteiras. Mais um processo de violência:

— Eu perdi o marido, o plantel de animais e ainda fui acusada por algumas pessoas de ter sido a culpada da morte dele.

Apesar de tudo, Eraci manteve para si o que vivia. Somente agora consegue falar abertamente sobre o assunto. E admitir os riscos que correu.

— Até a última hora, até o momento em que ele foi se suicidar, ele tentou me matar. Jogava um casaco sobre o meu pescoço e tentava apertar, dar um nó, mas eu protegia com o braço para não apertar. Decerto, queria me matar primeiro, e depois fazer igual com ele. Como aconteceu em muitos lares.

Por algum tempo, ela pensou que também iria adoecer. Nem chimarrão conseguia tomar. Mas recebeu apoio da família e ajuda dos vizinhos. Mudou de endereço e um neto foi morar com ela. Está aposentada, mas continua a trabalhar na terra. Planta árvores frutíferas e de chás e gosta de mostrar o canteiro florido de rosas. As vezes, entre um mate e outro, olha pela janela e observa o vento deitando o capim. Mas sem força para dobrar as árvores. Mais ou menos como foi com ela, naquele dia em que depois de tanto trabalho foi recebida com uma paulada na cabeça por um motivo que nunca entendeu. Sabe, apenas, que o pedaço de lenha estava ali, à espera dela, para ser usado a qualquer momento.




OUÇA O RELATO
DE ERACI EM
DIÁRIO CATARINENSE.
COM BR/105



6 NÓS DIÁRIO CATARINENSE, SÁBADO E DOMINGO, 11 E 2 DE JUNHO DE 2017


OUÇA O RELATO
DE ADE* EM
DIÁRIO CATARINENSE.
COM. BR/ NÓS



“ESTUPRADA e MASSACRADA.”

VIOLENTADA AOS 14 ANOS, ADE* ENGRAVIDOU E CASOU OBRIGADA. A UNIÃO DEIXOU CICATRIZES QUE ELA CARREGA NO CORPO. CORTES DE FACÃO, QUEIMADURAS DE CIGARRO E UM OSSO QUEBRADO SÃO A PARTE VISÍVEL DE UMA DOR QUE NÃO SE APAGA.

Em maio, enquanto o sol se encolhia atrás das montanhas da Serra do Mar, na divisa de Santa Catarina com o Paraná, a agricultora Ade*, 45 anos, esticava os braços. — São cicatrizes deixadas pelo corte de facão, queimadura de cigarro e o osso quebrado.

Marcas dos 30 anos em que sofreu nas mãos do homem 15 anos mais velho e com quem se casou aos 15. Meses antes da união, o presságio de que a paz não faria parte da vida do casal. Ade, uma menina que sequer sabia como uma mulher descobria estar grávida, foi estuprada.

O crime ocorreu durante uma viagem para visitar parentes dele que moravam numa cidade próxima. Mal chegou e o namorado ignorou a recomendação da mãe de Ade, para que ele, em quem confiava, cuidasse bem da filha. Jogada sobre a cama, ela teve as roupas arrancadas e a genitália dilacerada. Como nunca tinha tido relação sexual, achou que o forte sangramento e as dores sentidas eram normais. Meses depois descobriu ter ficado grávida.

— Eu não queria casar com ele, mas minha mãe não aceitou. Ela dizia que eu estava embuchada, como se fala no campo a respeito das vacas prenhas, e precisava de um homem por perto.

Com o passar do tempo, a violência só cresceu. Chegaram os espancamentos. Independentemente do que a agricultora tivesse feito ou estivesse fazendo: trabalhando na lavoura, lavando a louça, limpando a casa. Com uma força física desproporcional em relação à dela, o homem jogava-lhe cadeiras, dava-lhe chutes, a arrastava pelos cabelos.

Muitas vezes, lembra-se, ela buscava explicação para uma vida tão atormentada.

— Sofri muito na mão dele. Fui massacrada, estuprada. Na verdade, eu não sei se apanhava porque ele gostava de me bater ou se era um vício que ele tinha de me espancar.

Ade revela que muitas vezes pensou em pedir ajuda. Mas tinha medo de represálias, de que alguma coisa ruim pudesse acontecer com quem tentasse protegê-la. Ou que se vingasse dela. Não era uma preocupação descabida. Impiedoso, o companheiro também atuava como um torturador que atingia o psicológico — afiava o facão nas paredes da casa. Era um aviso.

— Depois das paredes, era a minha vez de ser riscada com o fio da lâmina.

Ade sentia tanto medo, que paralisava. Não conseguia se defender, sentia-se uma presa diante de um predador com quem não conseguia medir forças.

— Eu o deixava fazer o que quisesse, me cortar, machucar meus braços, deixar as cicatrizes que carrego.

Não bastasse esse terror, ela ainda enfrentava uma jornada de trabalho que se estendia da madrugada à noite. Roçava a lavoura, puxava cana-de-açúcar e feixes de erva-mate.

Ade só conseguiu tomar uma decisão depois que os filhos cresceram. Certo dia, pegou os adolescentes e foi se abrigar na casa da mãe.

— Eu estava cansada de tanto apanhar.

O basta foi dado depois de mais um espancamento que chegou ao extremo, quando teve um braço e uma costela quebrados. Foi ao hospital e também dar queixa na Delegacia de Polícia. O agressor chegou a ficar detido por uns dias. Mas, colocado em liberdade, começou a rondar a vizinhança.

— Eu senti muito medo.

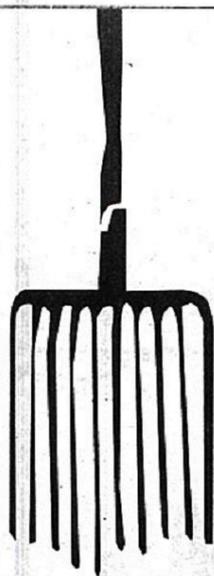
Ao ir morar com a mãe, ela teve que abrir mão do sítio onde vivia e dos bens que o casal havia adquirido.

— Perdi a moradia, mas deixei aquela vida.

Ade arranjou emprego numa empresa agrícola e manteve os filhos na escola. Diz não ter como esquecer a violência que passou. Teve depressão e usa medicamentos controlados.

— Isso nunca vai sair de mim.

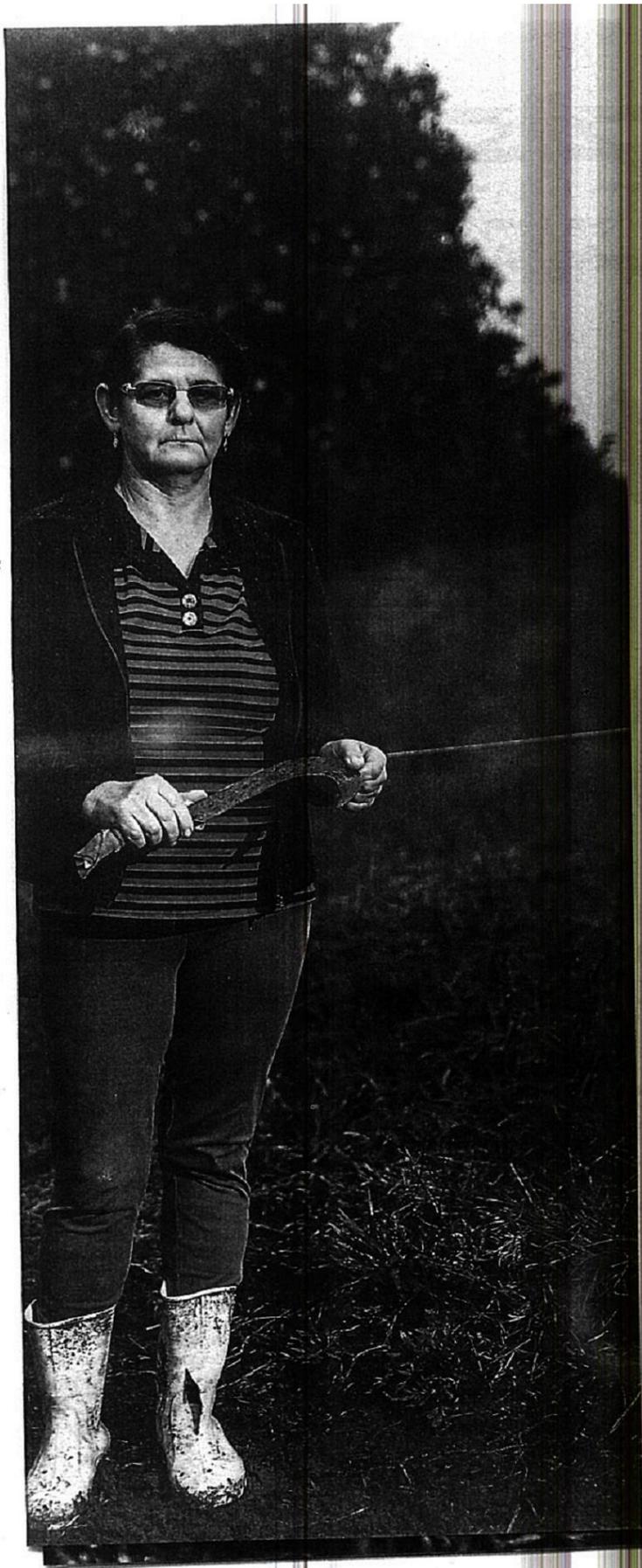
*Nome fictício



“COMO IR EMBORA
SE EU TINHA
TRÊS CRIANÇAS?”

LUCIMAR ROMAN SE DESDOBRAVA
PARA CUIDAR DA LAVOURA, DOS
ANIMAIS E DA FAMÍLIA. APESAR
DISSO, QUANDO QUESTIONAVA O
MARIDO SOBRE A DIVISÃO DAS
TAREFAS, ELE A ESCORRAÇAVA.





Lucimar Roman, 53 anos, mora em Lajeado Grande, comunidade de São José do Cedro, cidade que fica a 60 quilômetros de Bernardo de Irigoyen, na fronteira do Brasil com a Argentina. É exemplo raro de libertação num território marcado pela dominação masculina. Casada por 30 anos e com três filhos, levou décadas para romper os dissabores impostos por um casamento em que era escorraçada e mandada embora. Mesmo que fosse ela quem cuidasse da lavoura, dos animais, da família.

Humilhada para pegar uma herança a que não teve direito, já que no meio rural prevalece o ditado popular: quem casa, quer casa. Logo, quando a filha sai para casar, ela não recebe os bens dos pais. Diferentemente do que ocorre com os homens, que têm direito a um pedaço de terra. Às vezes, na mesma propriedade.

— Como eu iria embora com três crianças? Uma mãe sempre pensa nos filhos, por isso fui arrastando, aguentando até quando deu.

A questão financeira pesou muito na hora de tomar a decisão. Contra Lucimar existiam duas situações. Uma, a oportunidade de emprego, escassa no meio rural. Outra, a falta de creche para deixar as crianças enquanto estivesse trabalhando. Por isso, esperou os meninos crescerem para assumir o risco de mandar o hoje ex-marido, alcoólatra que era, embora. Finalmente despiu-se do medo e encarou a vergonha. Preciso ir contra o vento. E puxar a brisa para o seu lado. Não foi um rompimento simples, mas hoje a situação está equilibrada. Os filhos se formaram na universidade e ela continua na propriedade, onde a terra já está sendo dividida com a família.

Lucimar faz parte do Movimento de Mulheres Camponesas e reconhece o quanto a discriminação permanece forte. Infelizmente, observa ela, há casos de agricultoras que sofrem violência, mas não conseguem se libertar por não terem para onde ir. Não sabem a quem pedir ajuda. Não encontram saídas para além das cercas de arame farpado.

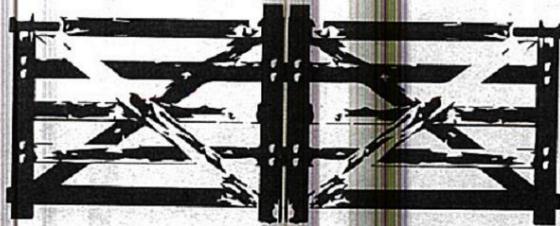
A agricultora usa a produção do leite para falar dessa dependência financeira. Trata-se de uma atividade diária. Há trabalho a fazer, independentemente se é frio ou não ou das condições do clima. Com frio, geada, calor ou abaixo de chuva, a ordenha das vacas começa de madrugada. Esse trabalho tradicionalmente foi das mulheres por haver uma compreensão de que se trata de “coisa pequena”.

Foi assim até o momento em que começou a gerar renda, quando cooperativas ou empresas passaram a recolher o produto em caminhões. A partir de então, muitos homens quiseram também assumir o serviço:

— Mas mesmo quando as mulheres continuam com a atividade, o cheque sai no nome do homem. Isso é uma forma de discriminação. Neste ano, uma moradora do município foi morta a facadas pelo marido. O crime chocou a comunidade, também pelo fato de que, na sequência — não se sabe se em fuga ou suicídio — o homem morreu em um acidente de trânsito.

Lucimar recorda que, dias antes, estava em uma atividade da Igreja e percebeu que a mulher a olhava muito, como se quisesse dizer algo. Como não tinham laços de amizade, a conversa acabou não acontecendo.

— Talvez ela estivesse encorajada a me contar algo que estava se passando, quem sabe com base na minha experiência. Pena que não deu tempo.



“CORRIA PARA O MATO PARA NÃO MORRER.”

TÂNIA* ENFRENTOU UM TORMENTO QUE DUROU MAIS DA METADE DA VIDA. TEM MARCAS NAS COSTAS, PERNAS, JOELHOS E UM DEDO QUEBRADO PELA BRUTALIDADE DO HOMEM QUE ESCOLHEU PARA VIVER, PAI DOS QUATRO FILHOS.

Tânia* passou 30 dos 50 anos de vida abaixo de violência. Apanhou, foi torturada, agredida de todas as formas. Ouviu tanto grito do marido, que a própria voz sai presa, sufocada, contida. É um quase silêncio. Mas um silêncio ruidoso, como a realidade brutal das mulheres que sofrem violência no campo.

A agricultora, que vive em Camboriú, no Litoral Norte, não sabe como conseguiu sobreviver a tanta crueldade. O agressor era o marido, pai dos quatro filhos, único homem com quem se deitou. Mas que desconfiava de cada passo dela.

— Eu fui muito violentada. Perguntava por que estava fazendo aquilo, mas ele não respondia, ficava quieto, saía até de perto para não responder.

As marcas desse tormento estão nas costas, pernas, joelhos, braços, mãos. Até no dedo quebrado. Mesmo na condição de vítima, Tânia era tomada por sentimentos comuns a outras mulheres: tinha medo e vergonha. Se saísse de casa,

usava roupa de manga comprida para tapar hematomas e arranhões. Se fosse receber visita, escondia louças e móveis quebrados.

— Eu colava papel, botava adesivo, para que não vissem as coisas destruídas.

Em momentos de fúria, nem o alimento das crianças era preservado:

— Quando a comida estava pronta, ele jogava fora, no chão, dava para os cachorros.

Fugas faziam parte dessa rotina. Algumas vezes, ela corria da foice e do facão. Em outras, do machado. Além da mira da arma de caçar. Tânia e os filhos paralisavam de pavor quando viam os animais de estimação serem maltratados. Como os cachorros, que certa vez tiveram o pescoço cortado com motosserra.

— Eu corria com as crianças e me escondia no mato para não morrer.

Um dia, recorda, ela precisou ir à cidade. A carona atrasou e, ao retornar para casa, foi re-

cebida com chutes e pontapés que atingiram as partes íntimas. Foi proibida de procurar socorro médico. Por causa dos golpes, urinou sangue durante um mês. A maior parte das agressões acontecia durante a noite.

— Tinha vezes que eu pedia pelo amor de Deus que o dia não anoitasse e que continuasse claro para eu não passar tudo de novo.

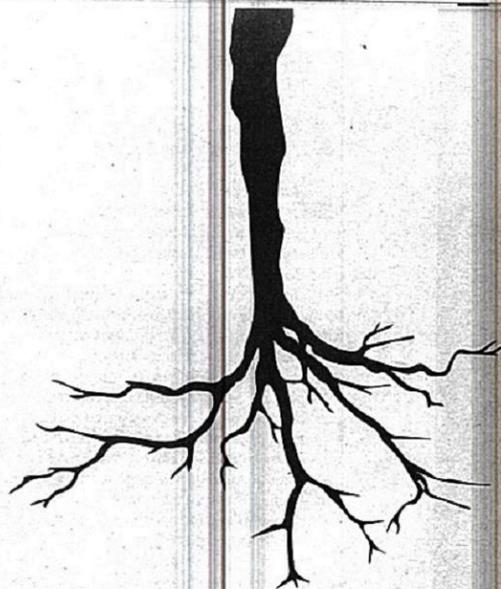
A violência aumentava quando o marido bebia. Mas também sem álcool as agressões se repetiam. Tânia levou três décadas para adquirir coragem e denunciar o marido, que chegou a ser preso e hoje vive em outra cidade. Mas ela ainda sente medo. A ponto que aceitou contar sua história com a condição de que o nome verdadeiro e a imagem fossem preservados. Mas deixa um conselho para mulheres que sofrem com a violência:

— Busquem ajuda. É horrível passar por isso sozinha.

*Nome fictício



OUÇA O RELATO
DE TÂNIA* EM
DIÁRIO CATARINENSE.
COM.BR/NOS



“SOZINHA
NÃO DÁ
PARA SE
LIBERTAR.”

A VOZ DE JOANA SEBEN SE
LEVANTA PARA DENUNCIAR UM
NÚMERO QUE ASSUSTA. SETE
MULHERES FORAM ASSASSINADAS
NO OESTE CATARINENSE APENAS
NESTE ANO, NÃO SEM ANTES
SOFRER TODO TIPO DE VIOLÊNCIA.
ELA DEFENDE QUE, PARA
ENFRENTAR ESSA CONDIÇÃO,
É NECESSÁRIO SE ORGANIZAR.

12 NÓS DIÁRIO CATARINENSE, SÁBADO E DOMINGO, 1º E 2 DE JULHO DE 2017



OUÇA O RELATO
DE JOANA EM
DIÁRIO CATARINENSE.
COM BR/NÓS



Se árvore fosse, ela estaria assustada desde a raiz. De carne e osso, leva um medo carregado de alertas. É Joana Fernandes Sebben, 48 anos, casada, mãe de três filhos e que vive na área rural de São Miguel do Oeste, Extremo Oeste do Estado. A agricultora espalma as mãos para contar o número de mulheres assassinadas na região entre os meses de janeiro e maio de 2017.

— São sete mulheres mortas dentro de suas casas, no interior de suas propriedades. Crimes praticados por ex-maridos, ex-companheiros, homens que em sua maioria não aceitavam o fim dos relacionamentos — diz ela, que faz parte do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em SC.

Para Joana, uma selvageria que contrasta com as mudanças trazidas pelos conceitos de sustentabilidade e novas tecnologias surgidas para melhorar a vida das pessoas no campo. Se muita coisa evoluiu, no caso da violência houve retrocesso:

— É muito forte dar 15 facadas numa mulher, isso parece não ser coisa de um ser humano.

Como a região é formada por pequenos municípios, o impacto dos assassinatos é forte entre os moradores. Em todos os casos, as agressões fazem parte do cotidiano. Em um desses, o homem estava impedido de chegar perto da vítima. Em outro, os envolvidos eram todos jovens: o matador com 24 anos; a ex-namorada, 23; as irmãs dela, com 12 e 15 anos.

O proibitivo da aproximação mostra que a lei por si só não resolve. Além disso, no campo não existe um abrigo para onde a mulher possa ser encaminhada, protegida, resguardada.

— Se não houver vigilância acerca das ameaças, não vai adiantar — alerta Joana.

Para a agricultora, antes da morte elas passaram por muitos sofrimentos e hostilidades. Vivenciaram situações de asperezas financeira, física, psicológica. Consequência de uma cultura dominadora, em que a mulher é considerada um ser inferior e submetida a situações nem sempre reconhecidas como violências. Como quando esposas e namoradas escutam que não são capazes de dirigir um carro, sequer ir ao banco sozinhas, tampouco representar a propriedade numa reunião de cooperativados.

Há, ainda, uma violência estrutural. Como na hora de responder a um questionário, quando o entrevistador pergunta sobre quem mora na propriedade. Se o homem não estiver, o pesquisador vai embora, prometendo voltar em outro dia. Se o marido estiver e for indagado sobre o que faz a mulher, responde: “Ela me ajuda”.

— Como ajuda, se as mulheres do campo levantam mais cedo, cuidam das vacas, fazem café, arrumam os filhos para a escola e muitas vezes vão antes para a roça? — questiona Joana.

Por situações assim, diz a agricultora, é que a aposentadoria significa uma grande conquista para a mulher do campo. O benefício trouxe o direito de comprar uma roupa, de ir a um salão de beleza, de pagar pelo corte de cabelo sem ter que pedir dinheiro ao marido.

Essa discriminação sobre a condição feminina vem de longe. Desde quando frequentar a escola não era obrigatório por lei, época em que famílias com condições de mandar os filhos estudar escolhiam os meninos. As meninas ficavam em casa para cuidar dos irmãos menores e ajudar a mãe. Isso fez crescer uma geração de mulheres com baixa escolaridade. Algumas conseguiram voltar aos estudos bem mais tarde, estimuladas por organizações como o MMC, que tem a educação popular como uma das bandeiras.

É o caso de Joana. Se quando jovem estudou pouco, nos últimos anos tomou o rumo da escola. Concluiu a 8ª série, terminou o ensino médio, fez graduação em Gestão de Turismo. A família optou pela agroecologia e faz da propriedade um ponto de atração de consumidores interessados na produção livre de agrotóxicos.

Joana se reconhece assustada com a violência. Não por si própria, pois mantém um relacionamento com o companheiro construído com lutas pela igualdade de gênero. Mas pelas mulheres que estão em situação de risco e que sofrem caladas.

— A gente se pergunta o que fazer para ajudar, pois, sozinhas, elas não conseguirão se libertar.

UMA TROCA BESTIAL

A junta de boi arava a terra até que um dos animais cai. Externado pelo trabalho, o bicho não consegue mais se levantar. Vítima de uma espécie de mal súbito, morre sobre o canteiro. A cena se revela como uma das mais simbólicas da violência vivenciada por mulheres no campo: o marido obriga a esposa a colocar a canga nos ombros e prosseguir o trabalho.

O relato foi ouvido tempos atrás por Adélia Schmidt, agricultora na cidade de Itapiranga, no Extremo Oeste de Santa Catarina, a 715 quilômetros de Florianópolis. Para ela, que frequenta o Movimento de Mulheres Camponesas desde os anos 1990, no qual chegou a fazer parte das coordenações estadual e nacional, esse é um dos desabafos mais representativos de uma realidade brutal. Essa mulher só conseguiu falar depois de ficar viúva.

— Um absurdo uma mulher ter que substituir um boi no trabalho.

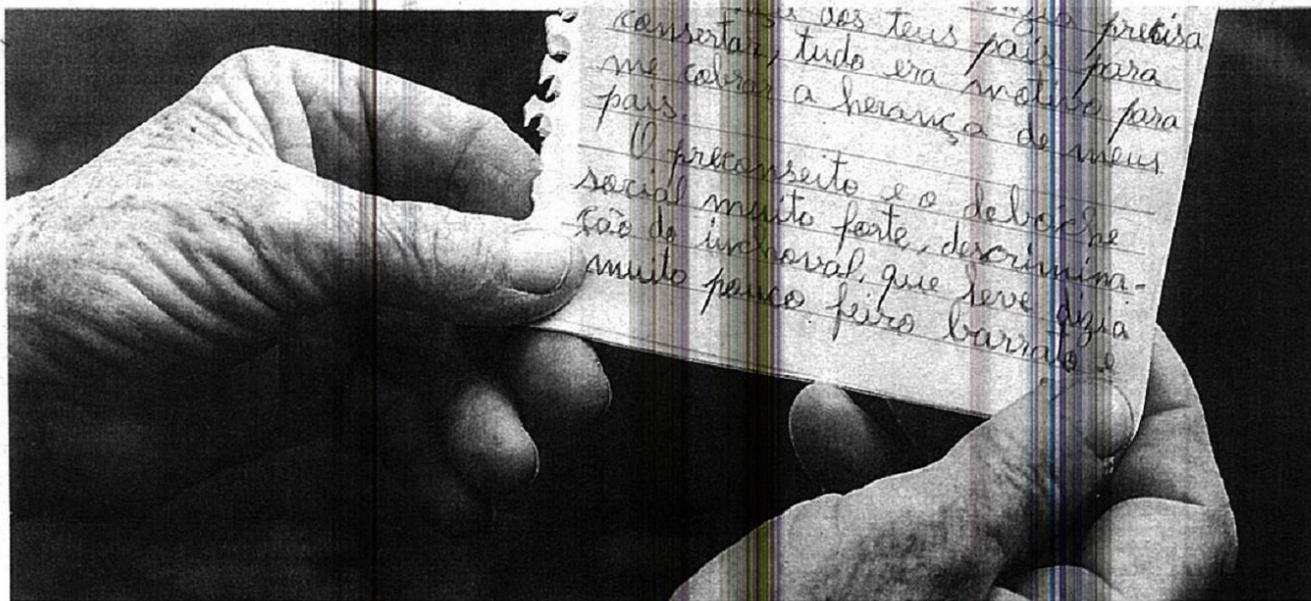
Para Adélia, certas coisas melhoraram com relação à situação das mulheres que hoje vivem no campo. As mais jovens demonstram

um pouco mais de entendimento sobre o que sofrem. Mas ainda há muito a ser feito. Recentemente, ela participou de um evento em que foi relatada uma situação que se repete — a dificuldade de a vítima assumir o que sofre, a ponto de atribuir a acidentes manchas deixadas por agressões. Ao serem questionadas, há mulheres que mesmo com cicatrizes de pancadas afirmam que as marcas são decorrentes de quedas.

— Sem a confissão delas, fica difícil até para outra pessoa encaminhar uma denúncia — observa.

No espaço acadêmico, Adélia pesquisou pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) sobre a invisibilidade da violência contra a mulher no campo. Focou famílias de Itapiranga, município considerado como uma das colônias alemãs e católicas mais tradicionais do país. A agricultora explica que durante as entrevistas para a monografia, apresentada na Unochapecó, o embaraço das mulheres era visível. Algumas olhavam ao redor para ver se não havia ninguém por perto para responder.

— Relatos como dessa companheira que substituiu o boi só são arancados depois de muita sensibilização ou quando os agressores já morreram e elas não se sentem mais ameaçadas.



CARTA DE CLAMOR

A agricultora Iraci Colombo, que mora em Descanso, no Extremo Oeste é uma das lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas. Ela recebeu uma carta em que uma agricultora narra a violência sofrida. A trabalhadora rural optou por não falar porque sente medo do ex-companheiro. Nem o período da gravidez foi respeitado.

— Eu tive que sair de casa porque ele me dava joelhadas e cotoveladas na barriga — escreveu.

Outro quarto não foi suficiente para um sono mais tranquilo.

— Nem um cobertor ele quis comprar, me deixando no inverno com muito frio, apenas com um lençol para me cobrir — diz no texto.

A violência física vinha acompanhada da psicológica:

— Ele saía de casa para falar mal de mim na comunidade. Até para o padre, o que afetava a minha moral — descreve.

Iraci treme a voz quando lê trechos da carta. Explica que, amparada e aconselhada, a mulher decidiu ir embora para outro Estado e tentar um recomeço de vida.

“

EU TIVE QUE SAIR DE CASA PORQUE ELE ME DAVA JOELHADAS E COTOVELADAS NA BARRIGA.”

TRECHO DE CARTA ESCRITA POR AGRICULTORA GRÁVIDA E ENTREGUE À LÍDER DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPOESAS

A CAMINHO DA ESCOLA

A questão da violência contra a mulher da área rural também permanece invisível para a escola. Quando vem à tona, é mais pela sensibilidade do professor do que propriamente por uma política educacional. É o que observa a pedagoga Noeli Gemelli Reali, professora da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó, e doutoranda em Educação na UFSC. Para ela, a sala de aula é o lugar indicado para o enfrentamento dessa realidade, pois trabalha com crianças e adolescentes muitas vezes inseridos num contexto familiar de tensão permanente. Meninos e meninas que não têm referências para aprender sobre outras formas de convívio além do que presenciam em casa.

— Quando a criança está envolvida em um ambiente em que a figura da mulher passa pelo deboche, humilhação, ofensa, violência, inclusive a física, é assim que ela aprende. Se os meninos aprendem a ser violentos, por consequência, tornam-se homens violentos. Da mesma forma, meninas que aprendem a ser submissas se tornam mulheres submissas.

Noeli lembra do ditado “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Para ela, a expressão ensina que a violência é legítima e protege o agressor.

— Nós entendemos que numa briga de marido e mulher, quando extrapola, quando vai para o campo da violência física, da humilhação, da subjugação e que põe inclusive em risco a vida da mulher e da família, a gente mete a polícia, mete os vizinhos, mete as amigas e os amigos, e a escola também.

Também professora da UFFS, Valdete Boni atua na área de Ciências Sociais e concorda que o espaço educacional precisa assumir o debate. Inclusive porque, ao longo dos anos, mulheres que vivem no campo tiveram menos acesso ao estudo e isso fez com que tenham ficado longe de algumas discussões, como de gênero. Nos últimos tempos, observa, a situação mudou com a saída das meninas para estudar fora. Ao retornarem, elas acabam levando outras reflexões para dentro das famílias. Mas, por se tratar de um processo de construção histórica, há muito para ser feito sobre o forte moralismo, o controle e o domínio fundamentados na cultura do patriarcado.

Para Justina Cima, da coordenação estadual e nacional do Movimento de Mulheres Camponezas (MMC), o assunto não é novo. A discussão está presente desde o começo da articulação do movimento, em 1983, assim como a educação popular. Ao identificar a questão da baixa escolaridade entre as mulheres mais velhas, o MMC escolheu a educação popular como uma das bandeiras. Mas também estimulou as mulheres a retomar os estudos no ensino regular.

— Hoje, temos muitas companheiras que foram para o Ceja (Centro de Educação de Jovens e Adultos), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cursos de graduação. Esse processo também impacta, pois é mais fácil agredir uma mulher que não tem condições de conversar com a sociedade sobre sua dor e sofrimento do que aquela que consegue se articular — diz Justina.

UMA PRAGA NACIONAL

Santa Catarina ocupa o quarto lugar no ranking das agressões contra mulheres, indica o Fórum Nacional de Segurança Pública. Um paradoxo se levado em conta que o Estado possui também os melhores índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Para discutir o problema, a bancada feminina da Assembleia Legislativa montou uma série de seminários regionais. A deputada Luciane Carminatti (PT) lembra que o Oeste é a região com o maior número de assassinatos de mulheres nos últimos dois anos. Em segundo lugar surge o Norte do Estado. Para a coordenadora da bancada, é hora de exigir a execução das políticas previstas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

— Santa Catarina assinou o pacto em 2009, mas poucas questões avançaram — diz Luciane.

Outra iniciativa é a Frente dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher, criada em 2013 em Santa Catarina. Já existem frentes em Florianópolis, Tijucas, Lages e Xanxerê, e a expectativa é ultrapassar 20 municípios até o fim de 2017. Conforme o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que preside a organização, a constatação de um elevado índice de casos de violência doméstica no interior motivou a criação da Frente.

Tramitam também na Assembleia dois projetos de lei do deputado Kennedy Nunes (PSD) para tornar a proteção das mulheres mais efetiva. Um é o da formação de patrulhas; outro trata do uso do dispositivo de segurança preventiva (botão do pânico), um alarme que pode ser acionado por mulheres em situação de risco. Uma medida complementar em uma realidade em que muitas mulheres desconhecem a existência de delegacias de proteção. Até porque em muitas cidades não há esse serviço, principalmente nos pequenos municípios. Coordenadora das Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, a delegada Patrícia Zimmermann D’Ávila in-

forma que são 31 unidades especializadas no Estado. Mesmo reconhecendo dificuldades e considerando que a situação da mulher na área rural é ainda mais complexa do que a das que vivem nos centros urbanos, a delegada reforça a importância da denúncia:

— É importante as pessoas saberem que os relatos podem ser anônimos, com o Disque 180.

Mas a falta de estrutura para mais segurança vai além do território catarinense. É o que conclui Mazé Moraes, secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultores Familiares (Contag). A entidade acompanha essa realidade em 27 federações e 4 mil sindicatos rurais associados.

— Estamos diante de um desafio. Em alguns Estados como o Maranhão e o Pará, além da violência na luta pela terra, crescem os casos de violência doméstica — diz Mazé.

Em Santa Catarina, uma das entidades que também acompanha essa realidade com atenção é a Fetamsc. Agnes Weiwanko é a coordenadora de mulheres da federação e atualmente está envolvida com o cronograma de atividades das unidades móveis que circulam pelo interior do Estado, os ônibus popularmente conhecidos como lilasinhos, que fazem parte de ações do Programa Mulher Sem Violência. O roteiro dos dois veículos, doados em 2013 pelo governo federal foi estabelecido com base em municípios com maior registro de casos de violência.

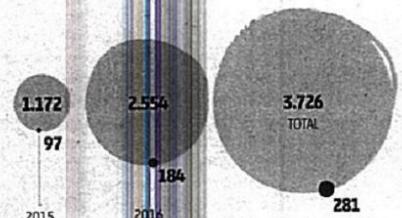
Agnes conta que o funcionamento das unidades começou depois de certa pressão, inclusive da mídia. Foram várias reuniões para que os ônibus que estavam abandonados começassem a circular. Desde que os roteiros foram retomados, em março deste ano, os veículos passaram por 45 cidades. Nesta segunda-feira, estarão na região da Agência de Desenvolvimento Regional (ADRs) de Chapecó. A visita às ADRs de Maravilha está prevista para 7 de agosto e 14 na ADR de São Miguel do Oeste.

DENÚNCIAS

Registros telefônicos de Santa Catarina para o Disque 180

RELATOS DE VIOLÊNCIA

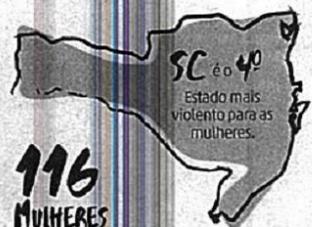
● TOTAL
● VINDOS DA ZONA RURAL



7% das ligações com ocorrências em 2016 vieram do campo

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres

TERRITÓRIO SEM PAZ



116 MULHERES

em média sofrem maus-tratos por dia no Estado.

A cada 12 HORAS

uma é agredida em Santa Catarina.

PESQUISA SOBRE AGRESSÕES NA ÁREA RURAL E NA FLORESTA

69,7%

Das violências domésticas foram praticadas pelos maridos ou companheiros

55,8%

Das entrevistadas haviam sofrido algum tipo de violência

51%

Destas mulheres informaram que a violência é diária

51,1%

Sofreram violência moral

27,3%

Sofreram violência sexual

27,6%

Responderam que haviam sido ameaçadas de morte

21,9%

Foram vítimas de violência física

11,9%

Haviam sofrido estupro do marido

4,3%

Foram vítimas de cárcere

Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares (Contag)



NESTA EDIÇÃO:

ÂNGELA BASTOS

Reportar
angela.bastos@
diariocatarinense.com.br

FELIPE CARNEIRO

Repórter foto gráfico
felipe.carneiro@
diariocatarinense.com.br

JULIA PITTHAN

Editora
julia.pitthan@
diariocatarinense.com.br

RICARDO WOLFFENBÜTTEL

Editor de fotografia
ricardo.wolff@
diariocatarinense.com.br

ALINE FIALHO

Editora de design e arte
aline.fialho@
diariocatarinense.com.br

MAIARA SANTOS

Editora de design
maiara.santos@
diariocatarinense.com.br



**CONFIRA NOSSA
VERSÃO DIGITAL**

diariocatarinense.com.br/nos



Diário Catarinense
Moacir Pereira
"Universidades"

Universidades / Diretor / Campus / UFSC / Blumenau / Professor / João Martins / Vice-Diretora / Ana Júlia Dal Forno / Reunião / Deputado / João Paulo Kleinubing



A Notícia
Moacir Pereira
"Universidades"

Universidades / Diretor / Campus / UFSC / Blumenau / Professor / João Martins / Vice-Diretora / Ana Júlia Dal Forno / Reunião / Deputado / João Paulo Kleinubing



Diário Catarinense
Cacau Menezes
"A Pedidos"

A Pedidos / Sandy / Centro de Cultura e Eventos / UFSC / Florianópolis



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

01/07/17

[Em painel, profissionais de imprensa reforçam a importância do jornalismo local](#)
[Os destaques na Área Acadêmica, na Publicidade, no Jornalismo Impresso e no Jornalismo Online](#)
[Gustavo Gimi Santos Claudino: "Somos a ponte entre o produtor e o acesso às políticas públicas"](#)

02/07/17

[110 anos de Frida Kahlo: como mexicana se tornou uma das mulheres mais conhecidas do mundo?](#)
[Educação infantil – VII](#)
[Previsão do tempo: Temperaturas baixas predominam no Estado](#)